

ESCOLA E DEMOCRACIA: DAS ORIGENS AO MOMENTO ATUAL*

Dermeval Saviani

Considerando o contexto traumático em que a classe dominante brasileira lançou nosso país nos últimos nove anos, com a disrupção da ordem pública e a quebra da institucionalidade democrática, tenho sido chamado, com certa frequência, a tratar da relação entre escola e democracia. Nessa condição resulta inevitável que eu tenha de reiterar determinados aspectos já abordados em situações anteriores. Procurarei fazê-lo, porém, de forma a não me tornar excessivamente repetitivo.

1. Origem e significado da democracia

Como destaquei em outro momento (Saviani, 2017), a discussão sobre o significado da democracia remonta à Grécia Antiga, sendo que encontramos em Platão e Aristóteles uma abordagem ampla das formas de governo entre as quais figura a democracia. Mas para ambos a forma preferível era a aristocracia não passando, a democracia, de uma forma corrompida de governo. Com efeito, Aristóteles entendia que havia três formas de governo identificando como formas puras ou boas, a monarquia, cuja forma deturpada é a tirania; a aristocracia, que pode degenerar em oligarquia; e o que ele chama de “República propriamente dita”, cuja forma degenerada é a democracia (Aristóteles, 2001, p. 62).

Passo por alto a Idade Média porque aí não aparece, propriamente, a democracia, embora haja referência à soberania popular. É, pois, na época moderna, com o advento da sociedade burguesa, que a democracia acabou por ser instituída como a forma dominante e generalizada de governo.

Do ponto de vista teórico identificamos duas formas de entendimento da democracia moderna: a democracia representativa que teve no filósofo empirista John Locke seu principal proponente; e a

* DOI - 10.29388/978-65-6070-055-0-0-f.64-76

democracia direta, cujo principal porta-voz foi o filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau. Conforme a primeira vertente cabe ao povo eleger representantes aos quais delega o poder de definir as normas de funcionamento da sociedade aprovando as leis que obrigam a todos os seus membros. Portanto, na vigência da democracia representativa o povo não exerce diretamente o poder político. Já no caso da segunda vertente, a democracia direta, cabe aos próprios cidadãos, no exercício da soberania popular, exercer o poder legislativo. Mas foi a primeira vertente, a democracia representativa, que se tornou hegemônica sendo adotada praticamente por todos os estados liberais contemporâneos por meio de eleições periódicas realizadas na vigência do sufrágio universal.

2. Democracia, o regime político dominante na sociedade moderna e a generalização da escola

Vejamos, então, como funciona a democracia representativa. Objetivamente, essa forma política implica a definição das regras do jogo que devem ser observadas rigorosa e invariavelmente por todos os participantes. Norberto Bobbio considera que na teoria política contemporânea, tendo como referência os países de tradição democrático-liberal, a tendência dominante é esgotar a definição de democracia numa lista mais ou menos extensa de regras do jogo ou de “procedimentos universais”. Explicitando essa característica formal da democracia, Bobbio enuncia, no verbete “democracia” do *Dicionário de Política (1999)*, um elenco de nove regras que vão desde a exigência de que tanto os órgãos legislativos como executivos sejam eleitos pelo povo, passando pela garantia de igualdade e liberdade de cada cidadão no exercício do voto sem qualquer tipo de distinção e chegando à garantia dos direitos das minorias, inclusive o direito de se tornar maioria em paridade de condições.

Em suma, a democracia se configura como um regime político baseado na soberania popular, o que significa que, nesse regime, o soberano não é mais o rei, mas passa a ser o próprio povo, cabendo-lhe escolher livremente os governantes. Entretanto, para exercer a soberania, os membros da população precisam ser educados. A escola surge, então, como o grande instrumento de construção da ordem democrática difundindo-se a ideia da “escola redentora da humanidade”, pois se atribui à escola a tarefa

de redimir a humanidade tanto da ignorância, miséria moral, como da opressão, miséria política. E para cumprir esse objetivo desencadeou-se a campanha pela escola pública, universal, obrigatória, gratuita e laica viabilizada, em cada país, pela organização do respectivo sistema nacional de ensino. Seu papel fundamental será, conseqüentemente, transformar os súditos em cidadãos. Eis aí: transformar as pessoas do povo de sujeitos submissos, conformados, passivos (os súditos) em sujeitos ativos, críticos, transformadores (os cidadãos). É assim que na sociedade moderna a educação assume uma função explicitamente política. E a escola desempenha papel importante na vida democrática.

3. O caráter contraditório da democracia liberal burguesa

A sociedade moderna se constituiu a partir do desenvolvimento do modo de produção feudal, predominante na Idade Média, passando de uma economia de subsistência para uma economia de mercado com a generalização das trocas.

A consolidação dessa nova forma de sociedade ocorreu, sob o aspecto econômico, com o surgimento da grande indústria propiciado pela Revolução Industrial que se desenvolveu entre 1780 e 1840; e, sob o aspecto político, a partir da Revolução Francesa e se consumou com a derrubada da Comuna de Paris. Nessa nova situação a burguesia se torna não apenas classe dominante, mas também classe hegemônica. E o signo da hegemonia consiste em que sua visão de mundo, o liberalismo, transformou-se em senso comum, ou seja, a ideologia burguesa passou a ser compartilhada pelo conjunto da sociedade.

Conseqüentemente a burguesia proclamou-se campeã das liberdades e vem espalhando aos quatro ventos essa condição. Teria libertado o trabalho instituindo o assalariamento; teria instituído a liberdade de iniciativa e de empreendimento; liberdade de comércio; liberdade de ir e vir; liberdade de pensamento e de expressão; liberdade de religião e assim por diante.

No entanto, o que constatamos é que a burguesia, essa classe social campeã das liberdades foi capaz de restaurar, nas áreas de colonização, um regime escravista muito mais cruel do que o escravismo clássico próprio do Modo de Produção Antigo.

De fato, o regime do trabalho assalariado, em sua origem, pôde ser instituído apenas na Europa onde a terra já estava toda ela previamente apropriada na qual se vinculavam os servos que, por viverem numa terra da qual não eram proprietários, estavam obrigados a servir aos senhores, os donos da terra produzindo o que era necessário tanto para a sua própria sobrevivência como a dos senhores detendo, para isso, a posse definitiva dos instrumentos de trabalho. Assim, para instituir o trabalho assalariado, no âmbito da revolução burguesa procedeu-se ao rompimento do vínculo dos servos com a terra transformando-os em trabalhadores livres. E Marx observa que, nesse processo, os servos se tornaram livres em dois sentidos. Num primeiro sentido eles foram libertados da dependência dos senhores ficando desobrigados de os servir; esse foi o sentido positivo. Num segundo sentido eles foram despojados de seu meio de trabalho, a terra, e de seus instrumentos de trabalho; e este foi o sentido negativo da dita libertação dos servos. Com isso eles foram reduzidos à posse apenas de sua própria força de trabalho ficando obrigados a trabalhar com a matéria prima e os instrumentos de trabalho concentrados na forma de capital sob a propriedade dos burgueses. Instituiu-se, então, a liberdade de comércio, ou seja, o sistema das trocas com a generalização dos contratos jurídico-formais de compra e venda começando pelo contrato de compra e venda entre o capitalista e o trabalhador, pelo qual o trabalhador, proprietário da força de trabalho, vende sua força de trabalho ao capitalista que lhe paga um salário que corresponde ao valor da força de trabalho. Com essa compra o capitalista adquire o direito de se apropriar de tudo o que o trabalhador é capaz de produzir, colocando os respectivos produtos para serem adquiridos no mercado mediante novos contratos de compra e venda.

Imbuída desse ímpeto comercial a burguesia dos vários países europeus lançou-se à conquista de novos mercados mediante o processo de colonização. E é nesse contexto que se constatou a inviabilidade do trabalho assalariado. Marx analisa esse processo no último capítulo do Livro I de *O Capital*, denominado “Teoria Moderna da Colonização”, no qual se reporta a Wakefield, colonizador inglês que criou na Austrália, em 1834, e na Nova Zelândia, em 1837, associações para encorajar a imigração. Nesse capítulo, Marx (1968, p.885) mostra que Wakefield conta, com tristeza, que um cavalheiro chamado Peel

[...] levou víveres e meios de produção no valor de 50.000 libras esterlinas da Inglaterra para Swan River, na Austrália Ocidental. Peel foi prudente a ponto de levar consigo, além disso, 3.000 pessoas da classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças. Chegado ao lugar de destino ficou Peel sem um criado para fazer sua cama ou trazer-lhe água do rio.

E Marx ironiza, acrescentando: “Infeliz Peel, que previu tudo, menos trazer as relações de produção da Inglaterra para Swan River!” (Marx, 1968, p. 885). De fato, nas relações sociais vigentes na Europa com a ausência de terras disponíveis, o assalariamento era possível. Mas nas terras livres das áreas recém colonizadas obviamente por que os trabalhadores iriam se sujeitar a trabalhar para os capitalistas em lugar de ocupar um pedaço de terra e trabalhar para si mesmos?

Diante dessa desilusão com o fracasso de Peel, Wakefield idealizou um mecanismo para viabilizar o trabalho assalariado nas colônias. Sua proposta foi comentada por Marx (1968, p. 892) da seguinte forma: “[...] o governo fixaria para as terras virgens um preço artificial, independente da lei da oferta e da procura. O imigrante teria de trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra e transformar-se num lavrador independente.”. E foi esse o procedimento que se implantou no Brasil com a Lei de Terras de 1850.

Como já observara Azeredo Coutinho, bispo e economista brasileiro plenamente integrado na expansão do império português, a abundância de terras nas colônias tornava impossível o trabalho livre sob o capital. O trabalhador, obviamente, tenderia a preferir ocupar um pedaço de terra e cultivá-la para si mesmo a sujeitar-se a trabalhar para outro, isto é, para o empresário capitalista. Daí, a necessidade do trabalho forçado, possibilitado pelo estatuto da escravidão. E os intelectuais orgânicos da burguesia, entre eles o mencionado bispo Azeredo Coutinho, assumiram e defenderam a adoção da escravidão. Assim, a burguesia autoproclamada campeã das liberdades não teve nenhum pudor em adotar a escravidão nas ditas “plantations”. E o fez com alto grau de atrocidade como vem sendo evidenciado pela história da escravidão no Brasil.

Além da atrocidade que marcou o trato com os escravos submetidos a castigos físicos equiparados aos mais bárbaros métodos de tortura, a própria Abolição foi seguida de um tratamento aos ex-escravos

marcado por requinte de perversidade, pois os então libertos foram deixados à própria sorte sendo, inclusive, criada uma legislação punitiva da vadiagem na medida em que eles ficaram sem a possibilidade de realizar qualquer trabalho. Veja-se o Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, que promulgou o Código Penal, Livro III, Capítulo XIII, que trata “Dos vadios e capoeiras”. Notem que, ao introduzir no próprio título do capítulo os “capoeiras” deixa-se claro que os alvos preferenciais desse capítulo eram os negros, ex-escravos.

Mas vejam! Antes da abolição não eram eles, os escravos, que produziam a riqueza do país representada predominantemente pelo café? Não eram os escravos que trabalhavam nas fazendas de café? Então, por que ao avizinhar-se a inevitabilidade da abolição, procurou-se encontrar outros trabalhadores para os substituir no trabalho das fazendas encontrando a solução com as levas de imigrantes que vieram para o Brasil provenientes dos países em crise na Europa, especialmente da Itália? Por que não foram mantidos os próprios ex-escravos que continuariam realizando o trabalho nas fazendas sob o regime assalariado? Aliás, as condições às quais foram submetidos os imigrantes nas fazendas de café constituíam, de fato, uma espécie de escravidão disfarçada. Com efeito, os trabalhadores, além de serem admitidos já com o passivo dos custos de sua viagem para o Brasil eram submetidos a um contrato de trabalho escorchante, uma vez que trabalhavam diariamente de sol a sol e recebiam o salário no final do ano tendo que se abastecer no armazém da própria fazenda. Diante disso não era raro acontecer que, ao serem feitas as contas, o feitor constatar que o valor correspondente ao salário devido ao trabalhador era menor do que o montante do consumo que ele devia ao armazém da fazenda. Portanto, ele não tinha nada a receber ficando, ao contrário, ainda com um saldo devedor. Digo isso com conhecimento de causa já que meus pais eram descendentes de imigrantes italianos que aqui vieram para substituir a mão-de-obra nas fazendas de café do interior paulista. Meu avô paterno chegou com seu pai, aos seis anos de idade em 1888, exatamente o ano da abolição da escravidão. Meu pai e minha mãe se casaram em 1929 e continuaram trabalhando nas fazendas de café passando de uma à outra em diferentes municípios como Itapira, Santo Antônio de Posse, Amparo. Meu pai era sanfoneiro e tocava em bailes de fim de semana para ganhar um dinheirinho que guardava para pagar o armazém no final do ano.

Minha mãe procurava criar galinhas, mas não era para nós. Era para vender e, assim, ganhar alguns trocados também para pagar o armazém no final do ano. Mas, mesmo assim, a situação ficou tão difícil que se tornou impossível permanecer no campo. Em consequência, em outubro de 1948 meu pai colocou a família no trem e se mudou para São Paulo onde passou a trabalhar como operário nas fábricas da capital, assim como os filhos mais velhos.

Constata-se, pois, que nosso país, além de não efetivar uma reforma agrária, sequer aproveitou a abundante mão-de-obra liberta da escravidão que poderia continuar trabalhando no mesmo regime com o qual foram admitidos os imigrantes.

4. A estrutura da sociedade burguesa moderna

Mas, então, como compreender esse paradoxo de uma classe social festejada como a campeã das liberdades sendo capaz de instituir um regime de escravidão, além do mais, marcado por grande crueldade?

Em resposta a essa indagação retomo, aqui, a abordagem que fiz em outras oportunidades considerando que a razão explicativa desse fenômeno deve ser buscada na própria estrutura da sociedade burguesa que, ao deslocar o eixo do processo produtivo do consumo para a troca, converteu-se numa imensa engrenagem produtora de mercadorias.

Conforme esclarece Marx (1968, p. 81), as formas de conversão dos produtos do trabalho em mercadorias “[...] já possuem a consistência de formas naturais da vida social.” antes que os homens procurem apreender o seu significado, a eles escapando o caráter histórico dessas formas que, ao contrário, eles consideram imutáveis. A mercadoria se torna misteriosa ao encobrir as características sociais do trabalho humano. O caráter misterioso da mercadoria se liga à opacidade das relações próprias da sociedade capitalista, o que resulta na contradição entre os objetivos proclamados e os objetivos reais, os primeiros mascarando os segundos.

A função de mascarar os objetivos reais por meio dos objetivos proclamados é a marca distintiva da ideologia liberal, uma vez que o modo de produção capitalista introduziu, pela via do “fetichismo da mercadoria”, a opacidade nas relações sociais. Com efeito, nas sociedades

escravista e feudal as relações sociais eram transparentes já que o escravo era, na realidade e na concepção, de fato e de direito, propriedade do senhor; e o servo, por sua vez, estava submetido ao senhor e devia servi-lo também de fato e de direito, real e conceitualmente.

Diferentemente, na sociedade capitalista defrontam-se no mercado proprietários aparentemente iguais, mas de fato desiguais, realizando, sob a aparência da liberdade, a escravização do trabalho ao capital. Instala-se a cisão entre a aparência e a essência, entre o direito e o fato, entre a forma e a matéria.

Considerando que o trabalhador, se não vender sua força de trabalho ao capitalista, não terá como sobreviver, ele na verdade não tem escolha. Isso significa que, enquanto o capitalista é livre na aparência e na essência, de direito e de fato, formal e materialmente, o trabalhador é livre apenas na aparência, no plano do direito e no aspecto formal. Essencialmente, de fato e materialmente, ele é escravo. Com efeito, a força de trabalho coincide com o próprio trabalhador, sendo constituída pelas “[...] forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.” (Marx, 1968, p. 202). A força de trabalho não é, pois, um bem que o trabalhador possui e do qual pode dispor transferindo-o a outro e permanecendo integralmente ele mesmo, como ocorre com os bens que adquirimos e dos quais podemos nos desfazer sem afetar nossa integridade pessoal. A força de trabalho constitui o próprio corpo do trabalhador. Portanto, ao vendê-la ele está vendendo a si mesmo, o que significa que ele se converte em agente da própria escravidão. Eis porque, do ponto de vista de sua condição de sobrevivência, a situação do proletário é pior do que a do escravo e do servo. Com efeito, o escravo, sendo propriedade do senhor, este estava obrigado a mantê-lo garantindo sua vida. O servo, por sua vez, tinha assegurada sua permanência na terra em que vivia com a posse inalienável de seus instrumentos de trabalho. Já ao proletário lhe foram arrebatadas todas as suas posses ficando reduzido à pura força de trabalho tendo, de seu, apenas o próprio corpo. Por isso, se ele ficar sem trabalho, desempregado, ele não pode sobreviver. Já o capitalista, enquanto dono dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho pode dispor deles e os transferir para outros permanecendo ele mesmo em sua integridade. Se ficar muito endividado pode renunciar a seus bens e

continuar vivo inteiramente podendo se dedicar a determinadas tarefas para se manter. Mas o trabalhador, ao vender sua força de trabalho se aliena perdendo-se inteiramente. Compreendemos, então, por que a democracia liberal-burguesa se reduz ao seu aspecto formal, o que implica que os cidadãos são iguais e livres apenas aparentemente, de direito e idealmente e não essencialmente, de fato e realmente.

5. A democracia no contexto brasileiro atual

A crise brasileira atual remonta às chamadas “jornadas de junho de 2013”, deflagradas em mais de 500 cidades do país levantando bandeiras como tarifa zero nos transportes públicos, fim da violência policial, maior investimento em serviços públicos, especialmente em saúde e educação, reivindicações trabalhistas, entre outras. Configurava-se, assim, como uma grande mobilização popular que, entretanto, foi violentamente reprimida pelas forças policiais, acabando por ser hegemonizada por entidades conservadoras e reacionárias como o MBL (Movimento Brasil Livre) e “Estudantes pela liberdade”, fortemente financiados por recursos externos. Tinha início, no Brasil, a “guerra híbrida” deflagrada pelos Estados Unidos.

Com a “guerra híbrida” a estratégia mudou na direção da desestabilização seguida de destituição, por via parlamentar, de governos populares. Essa iniciativa vem sendo posta em prática em diferentes países, especialmente onde os Estados Unidos têm interesses econômicos ou estratégicos. Daí as mobilizações ocorridas em países como a Tunísia, Egito, Líbia, assim como na Síria, Rússia e Ucrânia. Na América do Sul os alvos imediatos foram o Brasil e a Venezuela, dotados de grandes reservas de petróleo, esboçando-se movimento semelhante na Bolívia e no Equador.

Em entrevista à TV 247¹, Pepe Escobar considerou que o Brasil alcançou protagonismo internacional atingindo o auge com o chanceler Celso Amorim nos dois primeiros governos Lula. Esse protagonismo que, pela articulação dos chamados BRICS, romperia o domínio unipolar americano, pôs em movimento a estratégia da “guerra híbrida” na qual “o fator

¹ Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/347245/Pepe-Escobar-o-Brasil-é-alvo-de-uma-guerra-híbrida.htm>. Acesso em: 9 out. 2018.

militar não é o mais importante, mas a junção de fatores judiciais, midiáticos, parlamentares, políticos e empresariais” seguidos de longa investigação criminal, tarefa que, no caso do Brasil, vinha sendo cumprida pela Lava Jato. O golpe começou a ser construído a partir da espionagem realizada pela NSA, a Agência de Segurança Americana, contra Dilma e a Petrobrás. Consumado o golpe, o Brasil voltou à condição de subserviência aos Estados Unidos entregando nossas riquezas sem qualquer contrapartida. Na vigência do governo Bolsonaro nosso país desmoralizou-se perante o mundo, perdendo totalmente o protagonismo internacional que vinha exercendo ao longo dos governos Lula e Dilma.

O fato é que, como resultado do golpe, instalou-se um governo ao arrepio do Estado Democrático de Direito que atingiu seu paroxismo com a legitimação dessa situação pela eleição de Bolsonaro instalando, no país, um governo de ultradireita. Em consequência passamos a testemunhar um grau tão grande de arbítrio num verdadeiro Estado de Exceção. Daí a necessidade da observância estrita das normas fixadas pela democracia formal que, embora insuficiente, é necessária enquanto um conjunto de regras que devem ser respeitadas por todos como garantia dos direitos dos cidadãos, pois é nesse âmbito que ocorre a luta dos trabalhadores pela mudança da correlação de forças políticas visando o atendimento de seus direitos e tensionando a organização social vigente em direção à sua transformação estrutural.

Fica claro, porém, que, se a democracia formal é necessária, ela é insuficiente, pois deve evoluir na direção de sua transformação em democracia real.

6. Escola e democracia na relação entre educação e política

A posição antidemocrática do governo Bolsonaro diante da educação pode ser aferida pelo sinal emblemático representado pelo Movimento “Escola sem Partido”. A esse movimento se contrapõe à pedagogia histórico-crítica, cujo entendimento sobre as relações entre escola e democracia é aquele que está expresso no capítulo quarto do livro *Escola e democracia* (Saviani, 2021), denominado “Onze teses sobre educação e política”.

Para a pedagogia histórico-crítica na sociedade de classes, portanto, na nossa sociedade, a educação é sempre um ato político, dada a subordinação real da educação à política. Dessa forma, agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes. E é esse o sentido do programa “escola sem partido” que visa subtrair a escola do que seus adeptos entendem como “ideologias de esquerda”, colocando-a sob a influência da ideologia e dos partidos da direita, portanto, a serviço dos interesses dominantes. Ao proclamar a neutralidade da educação em relação à política, o objetivo a atingir é o de estimular o idealismo dos professores fazendo-os acreditar na autonomia da educação em relação à política, o que os fará atingir o resultado inverso ao que estão buscando: em lugar de, como acreditam, estar preparando seus alunos para atuar de forma autônoma e crítica na sociedade, formarão para ajustá-los à ordem existente e aceitar as condições de dominação às quais estão submetidos. Eis por que a “escola sem partido” se origina de partidos situados à direita do espectro político sendo, pois a escola dos partidos conservadores e reacionários que visam manter o estado de coisas atual com todas as injustiças e desigualdades dominantes no mundo de hoje. E com isso, chego ao momento final de minha exposição.

7. Conclusão

Por fim, destaco que, além de ampliarmos a mobilização na luta especificamente política e pelo atendimento às reivindicações dos trabalhadores, é necessária uma forte mobilização na criação de espaços autônomos de organização socioeconômica como germes da nova sociedade que queremos construir. Essa mobilização é necessária porque, além da superexploração própria do assalariamento, nas condições atuais sob a hegemonia do “neoliberalismo” a própria regulamentação do processo de trabalho é posta à margem buscando-se transformar o trabalhador em empresário de si próprio. Na medida em que o trabalhador se assume como empresário de si mesmo ele se liberta do trabalho assalariado, pois deixa formalmente de vender sua força de trabalho ao capitalista. E, nesse mesmo ato, ele liberta o capitalista da necessidade de comprar sua força de trabalho sem deixar, porém, de contar com essa

mesma força que passa a ser obtida numa relação de troca com outro suposto “empresário”, livrando-se da pecha de explorador da força de trabalho.

De fato, ao transformar-se em empresário de si próprio o trabalhador passa a operar com vantagens ainda maiores para o capitalista, o que nos permite compreender porque são os capitalistas que acenam com essa possibilidade e vêm induzindo os trabalhadores a se transformarem em empresários de si mesmos. E isso configura uma situação que ocorre para cada trabalhador individualmente considerado, pressupondo a condição de seu auto isolamento, vale dizer, sua desvinculação da classe trabalhadora e de suas entidades representativas. No entanto, se os trabalhadores passarem a assumir o empresariamento de forma coletiva como estratégia para abolir o trabalho assalariado, poderíamos inverter a situação colocando transitoriamente os capitalistas na dependência dos trabalhadores, pois sem eles o capital não terá mais-valia para incorporar chegando, no limite, à superação do capitalismo e dos capitalistas. Estaria sendo reeditada, obviamente em condições totalmente novas, o processo da ascensão da burguesia que se tornou classe economicamente dominante antes de se tornar politicamente dominante, o que levou reis e senhores feudais à dependência da burguesia, antes de se consumar a revolução burguesa. Por esse caminho seria resolvido o problema da constituição da base econômica para dar sustentação à revolução proletária.

É, portanto, fundamental que as ações dos trabalhadores se constituam em experiências da nova forma de sociedade. Isso é importante por produzir os germes da futura sociedade socialista e também porque seu êxito injeta um novo ânimo na luta dos trabalhadores dispondo-os a novas iniciativas. A forma resoluta com que os militantes do MST arregimentam grande número de famílias para realizar ocupações e o modo como organizam e administram a vida nos acampamentos e assentamentos constituem germes da sociedade socialista e, pelos resultados atingidos, revigoram suas forças e os animam a prosseguir na luta em busca de novas conquistas. Mas além do meio rural, isso deve ser feito também no meio urbano com as atividades industriais, comerciais e financeiras, como já está ocorrendo com o ingresso do MST no mercado financeiro; com os armazéns do campo do MST em várias cidades do país; e com a iniciativa das organizações sindicais que criaram a *IndustriALL Brasil* visando, pela ação

autônoma dos trabalhadores, reverter a desindustrialização. Mas é preciso capitalizar tais iniciativas conferindo-lhes um caráter orgânico na direção da transformação revolucionária da sociedade.

Referências

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BOBBIO, N. Democracia. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de política**. v. 1. 12. ed. Brasília: EdUnB, 1999. p. 319-329.

COUTINHO, J.J. da Cunha de Azeredo. Obras econômicas (1794-1804). São Paulo, Nacional, 1966.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SAVIANI, D. Democracia, Educação e Emancipação Humana: desafios do atual momento brasileiro. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, Florianópolis, n.3, v. 21, p. 653-662, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**, 44. ed. Campinas, Autores Associados, 2021.